

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*: TEMAS FILOSÓFICOS  
Trabalho de Conclusão de Curso

**Orientador:** Professor Leonardo De Melo Ribeiro

**Aluna:** Esther Augusta Nunes Barbosa

O AMOR PRÓPRIO COMO CONDIÇÃO PARA PRÁTICA DA MORAL

*O diabo vive dentro do homem, os crespos do  
homem – ou é o homem arruinado, ou o  
homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é  
que não tem diabo nenhum. Nenhum! é o que  
digo.*

Belo Horizonte, outubro de 2011

O trabalho que se segue tem a pretensão de discutir a natureza do bem e do mal no ser humano e a função da moralidade na mediação de motivações e intenções dicotômicas com as ações humanas. Para tanto utilizarei a obra *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa com função ilustrativa, Thomas Hobbes com *Do Cidadão* e *Leviatã* para analisar a natureza do homem, James Rachels e Bispo Butler para se oporem ao pressuposto de Hobbes e dos defensores da teoria do egoísmo psicológico.

A moralidade é um tema de extrema importância, no que diz respeito à vida social. Sem ela não há parâmetros ou regras para nossas ações. Em uma de suas reflexões Riobaldo, personagem de *Grande Sertão: Veredas* de João Guimarães Rosa, diz que sem a existência de Deus tudo é possível e permitido como se limite algum fosse imposto às ações dos seres humanos, que viveriam em um “vai e vem de uma vida burra”. E se questiona ainda sobre a manifestação de Deus diante do que é bom ou a do diabo diante o mau, se o ser humano nasce com a manifestação de uma dessas entidades dentro de si ou as aceita ao longo de sua vida. Mas, se a mesma pessoa é ao mesmo tempo capaz de ações boas e ações más, então quem “vige” dentro dela, Deus (o bem) ou o diabo (o mal)? Será que o bem e o mal é algo natural do ser humano ou uma construção social e moral criada para regular a vida em sociedade?

Podemos trocar o conceito de Deus pelo de moralidade que nos impõe a necessidade da ação refletida, do limite de nossos desejos. Segundo James Rachels, citando Sócrates em *A República*, ao tratarmos da moralidade “não

estamos a discutir um tema sem importância, mas sim como devemos viver”, portanto algo essencial para nossa vida em sociedade.

A questão que *Grande Sertão: Veredas* ilustrativamente nos impõe é se o ser humano é naturalmente bom, se somos capazes de agir de acordo com sentimentos que nos levam ao bem, mesmo sem regras ou parâmetros que nos levassem a essa direção. Ou ao contrário, se somos seres que nascemos com o mau e o egoísmo inerentes a nossa condição humana, que vivemos em função de nós mesmos e de nossos desejos em um excessivo amor por si próprio.<sup>1</sup>

Segundo Thomas Hobbes, em *Leviatã*, noções de justiça e injustiça, bem e mal não fazem parte do corpo e do espírito humano por si próprio, mas do homem em sociedade. Prova disso seria a necessidade de criar leis proibitivas e reguladoras de nossas ações. Se a noção de justiça fosse algo inerente ao homem individualmente roubar algo que outra pessoa adquiriu com o esforço de seu próprio trabalho e dedicação não precisaria ser proibido, uma vez que nenhum ser humano cogitaria a hipótese de retirar do outro o que não lhe pertence. No entanto, para Hobbes, essa possibilidade não é real, a lei deve existir justamente para impedir que as ações do homem sejam movidas por seus impulsos, tais como seriam no estado de natureza. Os regulamentos

---

<sup>1</sup> O fato de haver a variação do termo “bom” e “bem” no texto deve-se a uma questão semântica encontrada em Moore, em *Principia Ethica*. O autor afirma que apesar da impossibilidade de definirmos o que é de fato o “bom” podemos definir aquilo que é bom, entendendo que “bom” é um adjetivo que qualifica o substantivo “bem”. Assim o “bem” é aquilo que é “bom”, sendo o “bem” definível.

provariam, portanto, que o ser humano necessita de regras, de uma força maior que lhe imponha medo e respeito. As regras são a proibição formal de um ato de brutalidade egoísta, expressando o que há de vil no homem.

No entanto, para Hobbes, as regras que nos regem não são algo natural do homem e acreditar que a vida em sociedade é algo intrínseco à condição humana, organizada apenas por uns poucos acordos constitui em um erro “procedente de nossa consideração superficial sobre a natureza humana” (Hobbes, 2006, p. 18). O ser humano não viveria conjuntamente por puro deleite da companhia do outro, por amor à própria espécie e tampouco por ser essa a forma mais natural de vida humana. Não procuramos a sociedade por ser ela a organização mais espontânea que existe, mas por que essa forma de viver é vantajosa para o homem. Em última instância, a sociedade evita a morte, a violência, nos afasta do medo e por fim preserva a espécie humana como um todo.

Caso a humanidade vivesse em seu estado de natureza, sem uma estrutura social, cada homem teria direito a tudo que a natureza pudesse nos proporcionar de forma igualitária. Assim, todo homem seria igual entre si. No entanto, isso geraria um problema de convivência e harmonia. Caso todos os seres humanos possuíssem o mesmo direito a tudo então a propriedade e a liberdade estariam ameaçadas, o que provocaria um medo, uma desconfiança, uma suspeita e uma eterna cautela de um homem contra o outro.

Esse medo mútuo é causado pelo desejo egoísta. Caso um homem qualquer desejar a propriedade de outra pessoa, ele fará de tudo para tomá-la gozando de seu direito natural a igualdade. Para tanto, ele poderá se armar e sozinho enfrentar o primeiro proprietário, ou se associar a outras pessoas para tomar posse da casa. Porém, o proprietário irá resistir com todas as forças que puder para tentar proteger sua propriedade. Seja sozinho, pela sua força física, ou em grupo com outras pessoas sob forma de colaboração.

Ao final, não importa quem ficou com a casa, pois sempre haverá a possibilidade de outra pessoa, sozinha ou em associação, tentar tomar a propriedade que lhe interessar, pois estará usufruindo de seu estado natural, em que todos são iguais em direito. A violência gerada pelo desejo de tomar a propriedade do outro e pela necessidade de proteger seu bem e sua vida acarreta em um problema generalizado uma vez que todo ser humano teria o direito de se apossar do bem que entendesse, bem como todos os homens teriam o direito de se proteger, com o direito de usar os meios que julgarem necessários.

Porém, o benefício de todos os homens terem igualmente direito sobre todas as coisas é equivalente ao fato de nenhum homem ter direito a nada. Uma vez que tudo que se adquire, pode se perder com a mesma rapidez com a qual a conquistou. Como Riobaldo refletiu “sem deus nada é possível, a gente vive em um vai e vem de uma vida burra”. Como já dito, trocando-se o conceito de deus por moral chegamos a um ponto em comum entre o protagonista rosiano e Hobbes. Sem uma instância reguladora, sem regras, o homem pode fazer tudo

que julgar necessário, mas o medo que o outro também o fizesse lhe impediria de agir. Dessa forma, seria empreendido um estado de guerra constante, motivada pelo interesse egoísta de cada um para conquistar a glória, a fama e posses. Uma guerra que Hobbes diz ser “de todos contra todos” (Hobbes, 2006, p. 22). E uma guerra perpétua, como seria essa no estado de natureza, não é pertinente para conservar a espécie humana.

De acordo com as ponderações de Hobbes podemos concluir que o estado de natureza é incompatível com a preservação da humanidade. Logo, a organização social é necessária para impedir que os desejos egoístas dos homens sejam a causa de sua própria ruína. Uma vez que individualmente os homens não se respeitam mutuamente, a criação de regras e leis tem a função de regular a vida e manter a espécie.

Em uma passagem de seu livro *Elementos da Filosofia Moral*, James Rachels apresenta uma teoria que questiona a natureza moral do ser humano, a teoria do egoísmo psicológico. Tal teoria corrobora com as ideias de Hobbes sobre a essência do ser humano. Se para o autor de *Do Cidadão* o ser humano não nasce com noções de bondade ou maldade, senso de justiça ou injustiça e age de acordo com seus interesses pessoais, para os defensores do egoísmo psicológico existe um quadro semelhante. Apesar de não argumentarem sobre o estado de natureza do homem, como fez Hobbes, os defensores dessa teoria acreditam que um ato de altruísmo e bondade dirigido a uma outra pessoa, sem que tal ato lhe proporcione alguma vantagem, totalmente desinteressado é impossível. Para eles, toda ação humana está

pautada em algum tipo de vantagem que se possa conquistar. Tal tese dividiu muitos filósofos entre críticas contrárias à teoria e aceitações imediatas e pouco fundamentadas, segundo o próprio Rachels.

A moralidade requer que sejamos altruístas e atentos às necessidades das outras pessoas, ultrapassando o limite de nossos desejos individuais. Segundo a teoria do egoísmo psicológico o ser humano é totalmente incapaz de praticar ações que não o beneficie de alguma forma, sendo, portanto incapaz de ser altruísta. Essa teoria acredita que até mesmo as ações de caridade teriam no fundo um benefício para quem a pratica, mesmo que fosse, em última instância, o alcance da graça Divina e o reino dos céus. Quanto aos sentimentos de piedade diante dos males de outras pessoas, no fundo, o que sentiríamos seria temor diante da possibilidade de vivenciarmos tais calamidades. Ao final o egoísmo psicológico defende que todas as ações humanas são motivadas pelo próprio egoísmo inerente ao homem.

Bem como Hobbes, os defensores do egoísmo psicológico argumentam que os seres humanos agem de acordo com seus desejos e que tais motivações são incompatíveis com o altruísmo, logo incompatíveis com uma postura moral. Portanto, segundo essa ideia a moralidade não é inata ao ser humano. No entanto, segundo o autor de *Elementos de Filosofia Moral* o egoísmo psicológico é uma teoria repleta de falhas e generalizações que não representa necessariamente uma verdade.

Uma das falhas do argumento do egoísmo psicológico consiste no fato de não levar em conta que nossos desejos e sentidos de obrigação não estão sempre em harmonia. Por vezes fazemos coisas que não sentimos prazer, mas nos sentimos obrigados moralmente, como pagar uma promessa ou uma conta. Outra falha dessa teoria diz respeito ao fato de que nem sempre agir segundo nosso desejo significa que estamos sendo egoístas, tudo depende do que a pessoa deseja. Se a pessoa se preocupa apenas com seu bem estar independente do desejo ou dos reflexos que sua ação terá sobre terceiros, então essa pessoa está de fato sendo egoísta. No entanto, se alguém deseja a felicidade alheia e age segundo este desejo então obviamente a concretização deste desejo não se materializa em um ato egoísta.

Cito um trecho de Romanos, contido na Bíblia, longe do objetivo de levar a discussão para a esfera religiosa, uma vez que feriria o princípio básico da moral e da filosofia de analisar racionalmente os fatos. Mas com o objetivo de mostrar que em diversos casos, seja na vida real, seja na literatura ou mesmo dentro de princípios espirituais em que o querer bem ao próximo é, ou deveria ser, uma constante há a dualidade do querer fazer e não poder ou não conseguir. Nem sempre o desejo egoísta move o ser humano

Porque o que faço, não aprovo, pois o que quero, isso não faço; mas o que aborreço, isso faço. (...) Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum; e, com efeito, o querer está em mim, mas não consigo realizar o bem. (Romanos 7: 15,18.)

Outra tese amplamente utilizada pelos defensores da teoria em questão afirma que o ser humano age de acordo com o que o faz sentir bem. As ações ditas altruístas, segundo esse argumento, produzem um sentido de auto-satisfação na pessoa que as realiza. Logo, agir altruisticamente faria com que as pessoas se sentissem melhor. Um argumento contrário a essa tese se baseia na questão que não temos motivos para acreditar que apenas pelo fato de uma pessoa se sentir bem em ajudar o outro essa pessoa estaria agindo de modo egoísta, ao contrário, a ideia máxima do altruísmo é que o ser humano sinta prazer em ajudar o outro.

O grande problema da teoria do egoísmo psicológico é tentar explicar todas as motivações humanas de modo simples, único e universal. O egoísmo, segundo Rachels, é diferente do interesse próprio. O comportamento egoísta ignora os interesses dos outros, quando deveriam ser levados em consideração, enquanto o interesse próprio nem sempre ignora os interesses de terceiros, mas não deixa de beneficiar o autor da ação.

Outra distinção necessária a ser feita é entre o interesse próprio e o prazer. Nem toda satisfação ou busca pelo prazer vem ao encontro do nosso interesse próprio. Exemplo disso é o tabagismo. Fumar certamente proporciona prazer a quem o consome cigarro, mesmo consciente que impossibilita a vida plenamente saudável ferindo seus interesses próprios.

A dicotomia feita entre as ações motivadas por preocupações pessoais ou por terceiros é pobre, pois o ser humano possui interesses múltiplos e suas ações

são motivadas por questões diversas. Nem toda ação é egoísta, como nem toda ação é gerada por interesse próprio, tampouco todas as ações que sejam motivadas pelo altruísmo são proibidas de gerar qualquer tipo de prazer ou satisfação à pessoa que a faz. Somado aos problemas que a teoria apresenta, ainda temos um grande erro: ela ignora o fato das pessoas agirem por motivações diversas. Ao contrário, a teoria trata o ser humano e os desejos que movem suas ações como se fossem únicos e universais.

Mesmo não se referindo diretamente aos defensores da tese do egoísmo psicológico. Bispo Butler, em *Quinze Sermões*, nos lembra que a natureza humana e suas motivações são múltiplas e que essa multiplicidade vive em um mesmo corpo.

Para os antigos moralistas, como disse Butler sem citar exatamente o nome de nenhum, a noção de virtude estava diretamente ligada à natureza humana. Para esse grupo, levar uma vida virtuosa é o mesmo que não contrariar a natureza humana, enquanto o vício seria exatamente o contrário uma ruptura ou um desvio de nossa natureza. Para Butler tal noção é vaga uma vez que a natureza humana é múltipla, como já mencionado anteriormente, e várias partes dessa natureza podem predominar sobre o homem. A maioria da humanidade obedece a instintos, para o bem ou para o mal, de acordo com a constituição do seu próprio corpo e as circunstâncias externas que se encontram. Essas mesmas pessoas podem ainda ser motivadas pelo desejo carnal, pelo amor ao poder, pelo amor a si próprio ou por sentimentos como a amizade, a gratidão e a compaixão. Tendo um gosto especial pelo que é justo

ou não. Para o autor de *Quinze Sermões*, não basta que deixemos de lado as grandes maldades e sejamos bondosos com aqueles que se encontram em nosso caminho,

“a verdadeira constituição de nossa natureza exige que submetamos toda nossa conduta a essa faculdade superior; que esperemos sua determinação, forcemos sua autoridade sobre nós mesmos e façamos disso a tarefa de nossa vida, já que é da alçada de um agente moral nos conformamos com ela. Esse é o verdadeiro significado do antigo preceito: respeita-te a ti mesmo”. (BUTLER, 1996, p. 189)

A noção do que é bom ou ruim foi aprovado pela humanidade por meio da reflexão e da racionalidade, agir fora de preceitos morais nos leva a autocondenações. Para Butler os homens mesmo quando não creem em punições divinas agem como se elas existissem. Mesmo as pessoas mais céticas seguem suas obrigações morais, uma vez que a humanidade não segue as regras em função das punições (supostas ou existentes de fato), mas pelo simples fato de existirem e nosso sentimento de obrigação perante elas é forte e nos impõem a necessidade de obedecê-las.

Em seu décimo primeiro, de seus *Quinze Sermões*, Butler expõe a noção de amor por si e desprendimento de forma a mostrar que a benevolência não é mais adversa ao amor por si mesmo que qualquer outro sentimento em especial. E inicia esse sermão citando Romanos XII

*E qualquer outro mandamento que haja, ele se resume nestas palavras, a saber: tens de amar a teu próximo como a ti mesmo.* (BUTLER, 1996, p. 222)

Seria impossível, portanto, amar e respeitar ao próximo se não existir amor por si mesmo. O autor defende a ideia que o amor a si mesmo e a benevolência conciliam-se em todos os aspectos, não haveria divergência em entre a busca do bem público e a do bem privado, uma busca não excluiria a outra. As ações são moralmente boas ou más independentemente de serem interessadas ou desinteressadas. Para Butler o desejo pela própria felicidade é inerente ao homem, que tem suas paixões e apetites procedentes do amor por si, amor este que viabiliza o amor ao próximo. Como disse Butler

É evidente que todos os apetites e paixões específicas visam *as coisas externas em si mesmas, o que é diferente do prazer resultante dela*; e que se não fosse uma adequação prévia entre o objeto e a paixão, esse prazer não existiria e não haveria prazer ou satisfação em uma coisa mais do que em outra – em comer alimentos mais do que engolir uma pedra – se não houvesse um sentimento ou apetite em relação a uma coisa mais do que em outra. (BUTLER, 1996, p. 224)

O que está em questão quando o assunto é moralidade não é que as pessoas tenham amor e consideração por si mesmo (como acreditavam os defensores do Egoísmo Psicológico), mas que tenham tão pouco pelos outros a ponto de prejudicá-los apenas para satisfazer seus próprios desejos egoístas. Para Butler a humanidade deveria cultivar mais o amor próprio e o interesse em manter-se feliz. Para ele

"se o amor fosse algo tão forte a ponto de ser adotado como seu maior bem temporal, sem ser ele desviado como seu por nenhuma paixão específica, isso, evidentemente, evitaria inúmeros casos de loucuras e vícios. (...) O amor por si mesmo seria, portanto menos

nocivo do que extravagâncias dos meros apetite, vontade e prazer". (BUTLER, 1996, p. 195)

Diante de tais ponderações retorno à questão inicial deste trabalho. Se a mesma pessoa é capaz de ações boas e ações más, então o que a conduz, ao bem, ao mal, ao egoísmo, ao amor próprio, ao altruísmo, ou todo esse conjunto de sentimentos e intenções?

Para Hobbes fica claro que o que move o ser humano em seu estado natural, ou seja, em sua verdadeira essência é a preocupação consigo mesmo, o amor próprio. Somente uma força maior, capaz de impor limites as nossas ações impediria o homem de cometer atos de violência em busca de seu interesse próprio. Essa força maior é a organização social, com suas leis e regulamentos.

Para os defensores do egoísmo psicológico a essência humana é semelhante ao que disse Hobbes. O que move o ser humano é sempre o interesse próprio. Mesmo quando suas ações beneficiam a terceiros, em última instância deve retornar algum benefício a quem a praticou. Sendo, portanto, o homem incapaz de ações altruístas.

Para Rachels os teóricos do egoísmo psicológico ignoram a multiplicidade existente no homem, que convive com vários sentimentos de modo desordenado. Sendo suas ações motivadas por diversas razões, não implicando necessariamente atitudes egoístas as que proporcionam prazer ao praticante.

E ainda para Bispo Butler o amor próprio se configura em um preceito básico para se praticar o amor e respeito ao próximo. Sem amor próprio não há condição para se praticar o altruísmo. A moralidade só funcionaria se respeitássemos a nós mesmos.

Ainda em *Grande Sertão: Veredas* o protagonista cita um caso em que um bandido muito cruel se desespera ao ver os filhos perderem a visão. Riobaldo então diz que quase todo bandido cruel é bom marido e pai amoroso. Portanto, seria possível a mesma pessoa tanto agir motivada pelo amor ao próximo e praticar o bem, quanto motivada pela violência, interesse próprio e praticar a crueldade.

Segundo Moore, é impossível definirmos de fato o que é o “bom”, podemos apenas percebê-lo, por meio do suprasensível, que dirá descobrir de onde vem o “bom”. Apenas somos capazes de ter discernimento e optar por ações que nos conduzam ao que é bom. De fato o ser humano tem a potencialidade de se direcionar para o que é bom e se afastar do que é mau, mas o que define para qual caminho seguir nem sempre é uma motivação egoísta, mas a consciência moral de cada um do que deve ser feito em cada momento da vida.

## **BIBLIOGRAFIA**

- *Bíblia Sagrada*, edição da palavra viva. Stampley Publicações LTDA. São Paulo. 1974.
- BUTLER, Joseph; CLARKE, Samuel; CABRAL, Alvaro. *Filosofia moral britânica: textos do século XVIII*. SP, Campinas: UNICAMP, 1996.
- Hobbes, Thomas; *Do Cidadão*. SP, Editora Martin Claret, 2006.
- Hobbes, Thomas; *Leviatã*. SP, Editora Martin Claret, 2009.
- Moore, G.E., *Principia Ethica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. [1903]
- RACHELS, James. *Elementos de filosofia moral*. Lisboa: Gradiva, 2004.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.